LMEMÓRIA DA 8ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO – CTPA GESTÃO 2015-2017		
DATA: 21/01/2016	**HORÁRIO:** 09h00	**LOCAL:** FABHAT

LISTA DE PRESENÇA - MEMBROS	
Entidade	**Nome**
SMA	Laura Stela Naliato Perez
CETESB	Marta Emerich
SSRH	Amauri Pollachi
DAEE	Josué Marcos Barranco
Secretaria da Educação	Sergio Luiz Damiatti
SABESP	Armando Perez Flores
SASP	Denis Duck
ACISE	Carlos Alberto Pinheiro de Souza
APU	Francisca Adalgisa
Cajamar	Vinícius Campos
Guarulhos	Cristiane Teresinha Marins
Barueri	Marcos Antonio Dantas Moura
CONVIDADOS	
SSRH/CBH-AT	Beatriz Gonçalves Vilera
SSRH/CBH-AT	Ana Sedlacek
FABHAT	Joselene Alves
CETESB	Gilson Guimarães
Santana de Parnaíba	Vanessa Apolinário
SRMC	Juliana Geseíra

Ausência justificada: Ronaldo Vasques – FIESP e João Carlos Pimentel –Secretaria da Agricultura

ASSUNTOS TRATADOS, DISCUSSÔES E ENCAMINHAMENTOS:

9:00 - 12:00 (CTPA)

1. Abertura:

Amauri Pollachi, Coordenador da CTPA, iniciou a reunião às 09h35, agradeceu a presença de todos e apresentou a pauta.

2. Aprovação da memória da reunião anterior:

Memória aprovada sem alterações.

3. Diretrizes para editais de pré-qualificação de empreendimentos FEHIDRO 2016, conforme Deliberação CBH-AT nº 18, de 09/12/2015:

Amauri apresentou a Deliberação para que todos tomassem conhecimento.

Dênis Duck comunicou aos membros que a ACISE e a SASP encaminharam um documento, protocolado na Secretaria Executiva do CBH-AT em 14/01/2016, solicitando cancelamento das reuniões da CTGI e CTPA e que a discussão deste item da pauta está prejudicado considerando a desatualização do Plano de Bacia. Como até o momento não obtiveram retorno da Diretoria solicitou o cancelamento da reunião vigente.

Francisca Adalgisa (APU) disse que o Plano de Bacia teve sua validade estendida até final de 2016 e a atualização do Plano não interfere na eleição do presidente da FABHAT. Disse ainda que há um grupo de pessoas que estão interessadas na presidência e as reuniões do CBH-AT não podem ser paralisadas por este motivo, uma vez que não se trata de ilegalidade.

Carlos (ACISE) disse que o entendimento da ACISE é que o PBHAT é um diagnóstico da realidade atual da Bacia e alegou que em 2009 não se teve uma crise hídrica tão considerável quanto a vivenciada recentemente e se posicionou a favor da paralisação das indicações do CBH-AT até que o Plano seja atualizado.

Sergio Damiatti (Secretaria da Educação) confirmou a informação de que o Plano da Bacia não interfere nos trabalhos do CBH-AT e é a favor da continuação dos trabalhos.

Laura Stela (SMA) lembrou que o PBHAT foi aprovado em 2009, e não que sua validade é 2009. No Plano constam ações de curto, médio e longo prazo, portanto, o Plano é valido, não há ilegalidade e é a favor da continuação da reunião.

Vinícius (Cajamar) disse que o Plano de Bacia é um instrumento de planejamento, de ações de curto e longo prazo, e a CT deve continuar com os trabalhos

Amauri Pollachi (SSRH) confirmou a validade do Plano informando que há uma Deliberação do CRH que prorroga a validade dos PBH´s. Após colocado em votação, a continuidade da reunião se estabeleceu, com 9 votos a favor e 2 contrários.

Diante desta situação, Dênis Duck mostrou-se insatisfeito com a decisão tomada e comunicou que a SASP se retiraria da reunião devido não ter obtido retorno da Diretoria sobre a carta encaminhada. Disse ainda que, em relação a reunião que iria ocorrer no período vespertino, o SASP não concorda com a proposição de critérios pela CTPA para indicação do Presidente da FABHAT, pois não cabe à CT e sim ao Plenário do CBH-AT.

Laura (SMA) esclareceu que as decisões tomadas no âmbito do Comitê não são do Presidente, mas sim do tripartite, ou seja, dos três segmentos. Lembrou que o próprio Comitê delegou a esta Câmara Técnica as responsabilidades para a tomada de decisões e, na ocasião, nenhum representante foi contra.

Amauri prosseguiu a reunião comentando que os trabalhos no CBH-AT estão escassos e que muitas entidades deixaram de participar dificultando a execução dos mesmos de acordo com a Lei 7.663. Em relação a alguns trabalhos que precisam ser executados, de acordo com a Deliberação CBH-AT nº 18/2015, aprovada em 09/12/2015, solicitou auxílio dos membros para a criação de subgrupos para elaborar Editais dos assuntos que estão relacionados abaixo. Disse ainda que há diversos documentos que podem ser utilizados como referência na elaboração dos Editais.

Os subgrupos foram definidos:

3.1. Recuperação de Áreas de Preservação Permanente ou de Restrição à Ocupação para Produção de Água (PDC 4 – Subprograma 403): para realização de ações de recuperação e restauração ecológica nas APRM´s: Beatriz Gonçalves, Laura Stela, Joselene Alves e Juliana Geseíra.

3.2. Implantação dos instrumentos previstos nas leis de proteção e recuperação de mananciais: (PDC 4 – Subprograma 402): para aplicação eficaz, integrada e colaborativa das leis de APRM:

Amauri apresentou os principais instrumentos das Leis das APRMs: PDPA; SGI; Controle e Monitoramento da Qualidade Ambiental; Adequação de Planos Diretores e normas de uso de solo municipais; Compensações Ambientais; e Fiscalização.

Amauri informou que o PDPA e o SGI estão em andamento pela UGP e não cabe ao Comitê investir recursos nestes instrumentos. Referente ao monitoramento, este já está delegado à CTMH. Sobre a fiscalização, Laura informou que existe uma minuta de Resolução no jurídico da SMA para fiscalização integrada do Estado com os municípios, então, também não seria interessante investir neste item.

Por eliminação e consenso, foi definido que o instrumento a ser priorizado será a "Adequação de Planos Diretores e normas de uso de solo municipais".

Amauri solicitou à SSRH/UGP informações sobre os municípios situados em áreas de mananciais da Bacia do Alto Tietê, para subsidiar avaliação e elaboração de Edital pelo subgrupo.

Subgrupo: Ana Sedlacek, Carlos Alberto de Souza e Marcos Dantas Moura.

3.3. Educação Ambiental (PDC 8 – Subprograma 801): para realização de ações de educação ambiental que atendam às diretrizes do CBH-AT; Francisca Adalgisa, Sergio Damiatti e demais membros do Grupo de Trabalho Educação Ambiental.

3.4. Gestão de Resíduos Sólidos em APRM (PDC 3 – Subprograma 305): para execução de projetos ou ações de melhoria da coleta, transporte, disposição e tratamento de resíduos sólidos em áreas de mananciais. Vinícius Campos, Laura Stela e Joselene Alves.

A Secretaria Executiva enviará um padrão para os Editais, com os itens mínimos que os subgrupos devem completar com os respectivos conteúdos.

O prazo para envio dos Editais à Secretaria Executiva é até 21/02/2016.

4. Apreciação e aprovação do Parecer Técnico sobre o EIA/RIMA das "Obras de Aproveitamento do Rio Itapanhaú para Abastecimento da RMSP" (em conjunto com GT Consultas Ambientais). Amauri fez breve apresentação do EIA/RIMA e apresentou o Parecer Técnico para manifestações. Foram sugeridas algumas alterações, já incorporadas ao documento durante a reunião. O Parecer será encaminhado ao Plenário para aprovação.

5. Informações sobre 2 Pareceres Técnicos em elaboração pelo GT Consultas Ambientais em conjunto com o SCBH-CG:

Amauri informou que há dois projetos que precisam ser analisados: Compensação Ambiental proposta pelo empreendedor para o projeto Granja Tupy e o EIA/RIMA da reversão do Alto Juquiá para o Rio Santa Rita. Por incompatibilidade de agenda por parte dos responsáveis pelas apresentações dos referidos projetos, a reunião anteriormente agendada para 28/01 será reagendada para a primeira quinzena de fevereiro.

6. Informações sobre avaliação do decreto da Lei 15.913/15 - APRM-ATC, em elaboração pelo GT Leis de Mananciais e Subcomitê ATC.

Amauri informou que foi realizada no dia 20/01 reunião do GT Leis de Mananciais com o SCBH-ATC para discussão da minuta do Decreto da Lei 15.913/1, que criou a APRM-ATC.

Reunião encerrada às 12h46. (Parte manhã)

13:00 - 17:00 (CTPA + 6 indicados pelo Plenário)

ASSUNTOS TRATADOS, DISCUSSÔES E ENCAMINHAMENTOS:

1. Abertura:

Com início às 14h, Amauri Pollachi informou que nesta reunião serão discutidos os assuntos referentes aos critérios de seleção dos dirigentes da FABHAT.

2. Informações sobre as visitas de "benchmarking" às Agências PCJ e AGEVAP:

Amauri deu informações sobre a visita à AGEVAP, apresentou fotos tiradas "in loco" e também a memória da reunião para que os representantes da CTPA pudessem se inteirar com as informações discutidas. Explanou que o motivo da visita foi adquirir experiência de outras Bacias para então se criar os critérios de seleção para os dirigentes da FABHAT. Apresentou informações sobre criação, missão, visão, sistema de gerenciamento, área de atuação, contratos de gestão, convênios e sua estrutura, disponibilizados na apresentação. De forma similar, apresentou também a visita feita à Agência de Bacia do PCJ mostrando as fotos tiradas e também informações obtidas na reunião.

De forma sintética, a diferença entre o processo de escolha dos presidentes das duas Agências foi: uma por consenso e a outra por critérios.

A AGEVAP contratou uma empresa de recursos humanos para auxiliá-los no processo e propôs critérios bem detalhados, com a abertura de processo seletivo. Foram recebidos 60 currículos, dos quais a empresa de consultoria selecionou os 10 melhores e um comissão formada por representantes do Comitê e Agência escolheram 3 e, por fim, a indicação do Diretor Executivo.

Diferente da AGEVAP, no PCJ a indicação foi feita por consenso do Comitê. Foi indicado para presidente uma pessoa que já participava do Comitê e já era funcionário da Agência. Para o PCJ foi importante indicar alguém de confiança do Comitê e que já conhecia os trabalhos.

3. Critérios de seleção dos dirigentes da FABHAT

Amauri iniciou este item de pauta questionando qual é a "FABHAT que queremos". Com as contribuições dos membros presentes, surgiram-se algumas ideias do que se deseja em uma Agência de Bacia: (i) modelo de gestão hídrica; (ii) referência nacional; (iii) que conceda apoio técnico e operacional; (iv) que tenha corpo técnico qualificado; (v) caráter politicamente neutro (vi) planejamento e controle (vii) inovação tecnológica (viii) que haja integração e cooperação técnica para todos os entes do SIGRH (ix) formação continuada do quadro da agência (x) fomento à pesquisa.

Os representantes de todas as entidades, exceto o da ACISE, concordaram com a contratação da empresa de recursos humanos para auxiliar no processo de seleção do Diretor Presidente, com base nos critérios estabelecidos pela CTPA mais os 6 representantes indicados pelo Plenário.

Iniciou-se a discussão dos critérios, com base no Edital da AGEVAP, dos itens sobre escolaridade, idioma, perfil profissional, competência profissional, conhecimentos técnicos específicos, experiência profissional, etc., e as decisões foram inseridas diretamente no Edital. Amauri sugeriu consultar o Estatuto da FABHAT afim de verificar e colocar as atribuições nele contidas. As condições para seleção do Diretor Presidente da FABHAT tais como: etapas do processo seletivo, avaliação e contratação serão discutidas na próxima reunião. Reunião encerrou-se às 17h20.

PRÓXIMA REUNIÃO
Data: 11/02/2016
Horário: 09h00 às 12h00
Local: FABHAT